

MERCADO EM 2024

ATRATIVIDADE DO PAÍS PARA INVESTIDORES É A RESPOSTA PARA OS CENÁRIOS DE CRISE



“infelizmente entrámos em 2024 com mais uma guerra, Israel versus Palestina”, enquanto no espectro interno, vivemos um período de instabilidade política de enorme falta de credibilidade dos nossos governantes e uma crescente e preocupante perceção de insegurança jurídica.

A este nível é apontado o fim do regime de Residente Não Habitual, o que trará, admite um especialista neste ramo, “consequências negativas no investimento direto estrangeiro (IDE) no nosso país, que, como é sabido, tem sido bastante elevado, sendo Portugal o sexto principal destino de IDE na Europa”. A “imprevisibilidade e a instabilidade legislativa que Portugal teima em manter terão manifestamente impactos negativos no IDE e, consequentemente, no mercado da prestação de serviços jurídicos”, adianta a mesma fonte.

“No caso específico do setor legal, em geral, estou a crer que algumas das áreas poderão sofrer algum abrandamento, como será o caso do imobiliário e imigração, mas teremos as restantes com um comportamento semelhante ao de 2023 ou mesmo, com tendência para crescimento. Em suma, ao nível do desempenho do setor legal acredito que vamos ter um ano sem grandes variações, sejam elas positivas ou negativas”, sublinha outro interlocutor do Negócios.

“Dado o quadro macroeconómico e geopolítico de instabilidade e de possível abrandamento do crescimento económico, é previsível, em termos globais, uma diminuição do volume de trabalho na vertente transacional”, enfatiza um ator setorial, apontando também, em particular, para a área do imobiliário, sendo expectável, em contrapartida, “um reforço da procura nas áreas de reestruturações, insolvências e contencioso, propriedade intelectual e tecnologias de informação, associado ao aconselhamento jurídico na proteção de criações intelectuais com recurso a inteligência artificial”...

■ O ano arrancou, a nível interno, marcado por uma crise política e das instituições judiciais e, a nível externo, por duas guerras - na Ucrânia e no Médio Oriente. Por cá, o cenário que causa maior receio é a possibilidade de o País cair numa situação de ingovernabilidade. Lá fora, em primeiro lugar, estão as graves consequências humanitárias dos conflitos bélicos, e logo depois as interferências disruptivas na economia mundial. Há, contudo, vários atores do mercado da advocacia que acreditam na resiliência do setor. Consideram que as oportunidades existem e o nosso país, com todos os problemas que tem, continua a ser suficientemente atrativo em alguns setores relevantes.

“Com todas as convulsões que estão a ocorrer em Portugal e no mundo, as mesmas terão de ter impactos negativos na economia

portuguesa e, consequentemente, no mercado da advocacia”, apontou, em declarações ao Negócios, um *player* deste setor. Em sua opinião, “ao contrário do que muitas vezes é dito, o mercado da prestação de serviços jurídicos não convive bem com situações de crise económica”. Na verdade, “se é certo que áreas de prática como o Contencioso, a Insolvência ou o Laboral podem beneficiar em situações de maior instabilidade económica, a verdade é que um crescimento económico reduzido ou inexistente tem habitualmente impactos negativos diretos nas áreas de societário, fusões e aquisições, imobiliário ou concorrência, as quais, como é sabido, têm um efeito determinante no mercado da prestação de serviços jurídicos”.

Um outro ator setorial enfatiza igualmente a conjuntura pouco positiva, ao lembrar que



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



MESTRADOS DOS DIREITOS CATÓLICA

ADMINISTRATIVO

CATOLICA GOV PARCEIRO | Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO



PARCEIRO | Eversheds Sutherland

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

CATOLICA TAX

FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

FORENSE

PARCEIROS
Eversheds Sutherland | PLMJ
Sérvulo & Associados | VdA - VdA Academia

Na prática, verifica-se alguma incerteza devido ao contexto internacional, em particular como consequência das perturbações causadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia e do conflito no Médio Oriente, após o ataque terrorista do Hamas e a resposta musculada de Israel na faixa de Gaza, mas também devido ao contexto nacional marcado por uma crise política, resultante de investigações judiciais em torno de alguns membros do Governo, nomeadamente o primeiro-ministro, António Costa, o que conduziu à sua demissão e à dissolução do Parlamento pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Contudo, vários atores do mercado da advocacia apontaram ao Negócios que estão crenças que a apetência pelo mercado português se mantém. “As oportunidades existem e o nosso país, com todos os problemas que tem, continua a ser suficientemente atrativo em alguns setores relevantes”, é enfatizado.

Há mesmo quem entenda que o mercado parece ter já descontado as situações dos conflitos internacionais. Este fator, aliado à estabilização da inflação e “à expectável redução de taxas de juros dos bancos centrais faz antever um acréscimo de atividade este ano, tanto ao nível transacional como no que respeita a projetos de investimento”. Há também quem adiante que, apesar do “compasso de espera

que as eleições legislativas podem gerar, desde que os investidores sintam a confiança de que não existirá uma alteração programática, os efeitos poderão ser bastante limitados”.

Mais, entre as fontes do setor com que o Negócios contactou, surge ainda a certeza de que o investimento estrangeiro ajudou “a compensar alguma inércia por parte do Estado e do investimento público e permitiu manter uma dinâmica considerável” na economia nacional e, por consequência na advocacia mais direcionada para prestar apoio às empresas.

“Mesmo num cenário nacional e internacional de instabilidade, a verdade é que Portugal continua a ser um destino atrativo para investimento e contamos que isso permita manter a atividade no mercado transacional”, avança um outro advogado. Segundo adianta, o País continuará “a ser um mercado atrativo nos setores do Turismo, Energias Renováveis e Tecnologia - áreas que em geral se têm vindo a desenvolver, transitando de modelos legislativos mais conservadores em direção a necessidades mais prementes da sociedade em que vivemos”.

Neste âmbito, há ainda quem assegure que em 2024 será possível continuar a assistir “a fortes investimentos na área das energias renováveis e ao expandir da atividade dos organismos

de investimento coletivo, nomeadamente na área do capital de risco, e, bem assim, ao desenvolvimento de algumas transações de grande dimensão, nomeadamente no setor bancário, telecomunicações e energia”.

Além do mais, as verbas previstas para a ferrovia, em particular a alta velocidade, e a execução do Plano de Recuperação e Resiliência são aspetos assinalados como muito positivos para dar dinamismo à atividade empresarial no País. O investimento público está, em grande medida, concentrado nas várias medidas que formam este plano, pelo que entre os *players* do mercado da advocacia societária há quem considere que a chamada bazuca europeia dará um fôlego extra à economia.

Em conclusão, projetar o ano 2024 é um desafio muito complicado, sendo que, apesar de tudo, é de acreditar que possam surgir boas oportunidades para o mercado da advocacia, o que em muito poderá ajudar uma boa execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que poderão ser um “balão de oxigénio” na atividade económica nacional, o que serão obviamente boas notícias para o mercado da prestação de serviços jurídicos. ■



Soluções de informação jurídica

A pensar
em todos os juristas



JusNet

Base de dados de legislação, jurisprudência, formulários, doutrina administrativa e de autor.



JusJornal

Jornal diário online com todas as notícias sobre a atualidade jurídica nacional, internacional, última hora, pessoas, etc.



Legalteca

Livros acessíveis em todo lado através de qualquer dispositivo online ou offline.



JUSNET é uma empresa com **serviços jurídicos diferenciados** que oferecem **respostas seguras, rápidas e precisas.**